

Comentários sobre novos estudos econômicos

Março/2004

Francisco Galiza, Consultor e Mestre em Economia (FGV)

e-mail: galiza@gbl.com.br

Recentemente, o economista e professor Lauro Vieira de Faria, consultor da FUNENSEG, divulgou 3 importantes estudos sobre o comportamento do mercado de seguros brasileiro. Como são trabalhos oportunos, é interessante tecer alguns comentários sobre os mesmos. Ressalte-se, porém, que, neste caso, nos concentraremos em apenas poucos aspectos específicos, visto que os trabalhos originais são bens mais sofisticados (tanto em termos econômicos, como matemáticos).

O primeiro deles – *Perspectivas do Mercado de Seguros* – avalia sobre o que podemos esperar para o mercado brasileiro nos próximos anos. Esta análise é feita em função da própria evolução do setor, e também a partir das economias de outros países. A conclusão principal do estudo é mostrar que, embora o setor no Brasil tenha uma boa relação com o crescimento da economia do país (isto é, sempre cresce a uma taxa superior), não deve haver uma variação extraordinária de faturamento, tal como a ocorrida com o Plano Real, a não ser que aconteçam fatos externos. Neste sentido, novas reformas são necessárias como, por exemplo, a fiscal, com benefícios importantes e diretos para as áreas de vida, previdência e saúde.

Um outro estudo – denominado *Aspectos da Oferta e Demanda do Seguro de Vida* – avalia uma fraqueza bem conhecida no setor. Em termos internacionais, em diversos indicadores, o consumo por “seguro de vida” no Brasil sempre fica abaixo das expectativas. O trabalho do Professor Lauro aborda este aspecto, analisando os fatores principais que influenciam a demanda e a oferta por este tipo de produto.

A tabela 1 indica os principais.

Tabela 1 – Fatores para o Mercado de Seguros de Vida

Maior Demanda	Maior Oferta
Crescimento do PIB	Custos internos ao produto
Baixa de Inflação	Fatores de Escala
Maior Taxa de Juros	Aspectos Tributários
Sistemas Fiscais, Bancários e mais Desenvolvidos	
Fatores Culturais e Religiosos	

Na análise dos fatores relevantes para o setor de seguros, muitos independem da atuação deste. Por exemplo, no lado da demanda, sobretudo as variáveis macroeconômicas (inflação, PIB) ou questões de foro íntimo, como a religião. Entretanto, o setor tem “espaço de manobra”, como buscar desenvolver

mecanismos fiscais que estimulem este produto, ou mesmo trabalhar para um aumento de escala nas vendas, diminuindo então os custos internos inerentes a este mercado.

O último trabalho produzido - *Tributação Comparada do Mercado de Seguros* – entra em um dos campos mais comentados e “escorregadios” da história econômica recente do país. Isto é, uma discussão comparada de tributação (agora, no caso específico do setor de seguros). No estudo, inicialmente, é feita uma análise do como funciona, em outras economias, a tributação existente, tanto em seguro de vida, como em ramos elementares. Esta avaliação é desenvolvida do lado das empresas seguradoras e dos próprios segurados, o que torna a análise bem ampla.

A principal conclusão do trabalho do Professor Lauro é que a tributação no mercado segurador brasileiro é alta, o que corrobora a opinião de diversos outros economistas. Entretanto, como sugestão complementar, é importante ressaltar que este assunto é bastante complexo e, assim, seria interessante novas abordagens, como, por exemplo, analisar os reais efeitos econômicos em cada uma das variáveis possíveis. Para citar um deles, contribuintes com diversas faixas etárias, rendas e produtos. Assim, estas conclusões poderão ser confirmadas com maior exatidão.

De qualquer maneira, mesmo com estas restrições teóricas, quando estudamos os aspectos tributários de outras economias, no que se refere à área de seguros, dois pontos podem ser ressaltados. Primeiro, o detalhamento das regras, chegando a minúcias. Segundo, a preocupação de que este assunto seja um Programa de Estado, e não de Governo. Assim, as circunstâncias são sempre definidas com anos de antecedência, oferecendo então segurança para todos os participantes. Em nossa opinião, este deve ser o caminho mais prudente a ser tomado no Brasil.

Naturalmente, este pequeno artigo não teve, nem de longe, a pretensão de abordar os diversos aspectos existentes nos estudos comentados. Assim, recomendamos, mais uma vez, aos principais interessados uma busca diretamente nas próprias fontes.